

Recensão Crítica

Rui Albuquerque*

*Professor na Universidade Lusófona do Porto de Direito e Ciência Política
Subdiretor do Curso de Ciência Política*

Teorías Políticas de la Edad Media

Otto von Gierke

Centro de Estudios Políticos y Constitucionales

Madrid, 2010.

Será possível escrever uniforme e pormenorizadamente sobre um tema, ao longo de um período tão dilatado de tempo, como foi a Idade Média, evitando as generalizações, os erros e as imprecisões? De facto, se tivermos em conta que esse período da História do Ocidente costuma balizar-se, no seu início, com a queda do Império Romano do Ocidente, em 476, e, no seu termo, com a invasão de Constantinopla pelos turcos-otomanos, em 1453, é praticamente de um ciclo de mil anos que nos estamos a ocupar. Por conseguinte, abordar qualquer assunto que seja, durante um tão extenso período temporal, será sempre um exercício de extrema dificuldade.

Mais ainda quando o nosso objecto de estudo são as teorias políticas medievais, porque falamos de um mundo onde a ordem social e a sua correspondente dimensão organizatória e política é completamente distinto daquele a que nos começamos a habituar com o modelo do Estado Moderno, que precisamente caracterizará o ciclo histórico que põe termo ao mundo medieval e que, nos seus traços gerais, permanece ainda hoje. A política da Idade Média europeia tem contornos exclusivos e irrepetíveis, constitui um universo disforme e plural no que toca à estruturação do poder público, se é mesmo que este existiu, considerando,

como fazem certos autores, que se tratou de um mundo verdadeiramente apolítico.

Por isso, não são frequentes as obras que abordem, em profundidade, o pensamento e a história política desse longo e, apesar de tudo, tão desigual ciclo de mil anos. De entre as mais famosas é de destacar a de Otto von Gierke (1841-1921), jurista, professor ilustre de várias universidades alemãs, entre as quais a de Berlim, da qual chegou a ser reitor, traduzida em castelhano sob o título de *Teorías Políticas de la Edad Media* (Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Madrid, 2010).

O livro constitui uma parte autónoma do volume III de uma outra sua obra mais vasta, publicada em 1881 (*Das Deutsche Genossenschaftsrecht*), que teve uma primeira edição inglesa, em 1900, nos mesmos termos da aqui apresentada, com o título *Political Theories of the Middle Age*, e dá-nos uma visão global do pensamento político europeu medieval, centrando-se, não apenas no que foi mais específico desse período, como a influência da Igreja e as teorias papais sobre a dualidade dos poderes espiritual e temporal, mas também nas ideias, ainda em fase embrionária, que seriam os pilares do novo mundo do Estado Moderno, tais como a soberania popular e a representação política. Para o ilustrar, Gierke percorre o pensamento dos autores medievais mais marcantes, desde os Papas Gelásio I, Gregório VII ou Inocêncio IV, passando por pensadores católicos papistas, como Egídio Romano ou João de Salisbury, chegando, depois, aos que se manifestaram contra a intromissão do poder da Igreja e do Papa nos domínios do *Imperium* e do *Regnum*, como Marsílio de Pádua, Nicolau de Cusa ou Guilherme D'Ockham. Paralelamente, desenvolve alguns conceitos políticos fundamentais da Idade Média, fixando-se, particularmente, na mundovisão unitária e organicista do catolicismo com o domínio do político, ou seja, no «*unum corpus*» que deveria subjazer ao Império Universal de uma «*ecclesia universalis*».

Trata-se, assim, de uma obra que é, simultaneamente, de iniciação e aprofundamento do pensamento político medieval, muito útil para quem o queira conhecer.

** Por vontade expressa do autor o texto apresenta-se segundo a ortografia anterior ao novo Acordo Ortográfico.*